

COOPERATIVA: ALTERNATIVA ECONÔMICO-SOCIAL E SEU DESEMPENHO EM SANTA CATARINA DE 1992 A 1999¹

Denise de Souza²

RESUMO: O cooperativismo, devido a natureza específica de sua organização, de caráter fundamentalmente democrático e autônomo, desempenha um importante papel no processo de desenvolvimento e no avanço da democracia participativa na sociedade em geral em resposta ao processo de exclusão do emprego formal frente a mudança do modelo econômico adotado na década de 90. O movimento cooperativista, em 1844, já vislumbrava a necessidade de uma ampla rede de cooperação, para transformar a sociedade e substituir o mercado, a competição, a miséria, a fome e o desemprego, em uma sociedade de produção, trabalho, de melhor distribuição de renda, ou seja, uma sociedade mais igualitária, justa e feliz. Surgiu daí o interesse pelo tema que constitui o objetivo do presente estudo, devido a sua importância como forma de enfrentar o atual momento, resgatando a cidadania dos trabalhadores e viabilizando condições de desenvolver por conta própria as atividades de produção ou outras funções econômicas com a colaboração do Estado, respeitando os princípios das cooperativas.

PALAVRAS-CHAVES: Cooperativa; Autogestão; Democracia; Cooperação.

ABSTRACT: The co-operative system due to the specific nature of its organization, with fundamentally autonomous and democratic character, develops an important role in the process of the development and in the society generally to answer to the formal employ exclusion process, face to changes in the economic model adopted in the late 90's. The co-operative movement, in 1844 already noticed the necessity of a large co-operation network, to change the society and substitute the market, the competition, the misery, the hunger, the unemployment, in a production society, with work, better distribution income, that means, a society more just and happy. There are the reasons of interest about the theme of this study, because its importance of face actual moment regarding citizenship worker's and providing conditions for the development by themselves, of productive activities or other economic functions, eventhough with State support, considering co-operative system principles.

KEYWORDS: Co-operative system; Self-manegement; Democracy; Co-operation.

Introdução

¹ Este trabalho se constitui num resumo da monografia de conclusão do CURSO de ESPECIALIZAÇÃO em POLÍTICAS PÚBLICAS, sob a orientação do Professor Sabino Bussanello.

² Denise de Souza; Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Ao pensarmos nossa história, notamos que os problemas brasileiros tem raízes profundas nas injustiças sociais, no centralismo, na apropriação privada do que é público. Aliado ao contexto histórico somamos a insegurança atual frente aos efeitos da crise econômica. A economia brasileira se abriu, muitas privatizações foram realizadas e a inserção do Brasil no mercado global é irreversível. Diante das abruptas mudanças que ocorrem atualmente, há uma necessidade generalizada de tomar-se decisões rapidamente, seja na esfera das ações governamentais, nas transações comerciais, na gangorra das taxas de juros definidas por órgãos federais, temos como resultado uma enorme insegurança entre a população.

Neste cenário, pessoas com problemas comuns, ainda que competidores, unem seus esforços para defrontar-se com um adversário ainda maior chamado mercado globalizado. Este mercado tornou-se mais agressivo para o país após a retirada das restrições às importações, a partir do governo Collor. Ressurge como alternativa comunitária e associativa de desenvolvimento o resgate do princípio das cooperativas, numa sociedade cada vez mais excludente, perplexa, agressiva e globalizada.

Como o cooperativismo é um processo dinâmico e extremamente diversificado, com peculiaridades em cada segmento, em cada situação econômica, social e cultural, próprios de cada país ou região em que se localiza, sua flexibilidade de princípios deve adequar-se a realidade em transformação constante, não só para acompanhar, mas se antecipar à rapidez das transformações por que passa todo o planeta.

Mais do que oferecer uma orientação acabada, este documento pretende provocar e estimular debates, demonstrando que a cooperativa pode ser um espaço de mudanças econômico-social em seu campo de abrangência, enquanto espaço possível da prática democrática.

Buscando atingir o objetivo a que este trabalho se propõe, tomar-se-á por base a pesquisa bibliográfica de fontes secundárias possíveis e disponíveis com respeito ao objeto deste trabalho, divididos da seguinte forma: Fundamentação teórica de alguns autores, resgatando suas concepções sobre o cooperativismo; revitalização da prática cooperativista; determinação dos principais desafios do sistema cooperativista; o cooperativismo em Santa Catarina, e o cooperativismo e as Políticas Públicas.

1 – Compreendendo o Cooperativismo

1.1 Mudanças Conjunturais e Estruturais

Ao pensarmos nossa história, notamos que os problemas brasileiros tem raízes profundas nas injustiças sociais, no centralismo, na apropriação privada do que é público.

A sociedade contemporânea estruturada em princípios como a maximização do lucro, a acumulação do capital, a ênfase no consumo, encontram-se hoje em crise. Para encontrar soluções para estes problemas, se faz necessário acreditar e lutar por uma

sociedade mais humana, criando alternativas, através da substituição destes valores e gerando uma nova ordem social.

Ao analisarmos o cenário nacional, observamos que a década de 90 marcou a mudança do modelo econômico vigente até então. Houve abertura às importações em um contexto competitivo desfavorável às empresas nacionais (juros internos mais altos que os internacionais e sobrevalorização da taxa de câmbio). Como consequência deste quadro e a recessão provocada pelo confisco da poupança do Plano Collor (1990), aconteceram muitas falências. Com o impeachment do então presidente, Fernando Collor de Mello, houve um aumento de confiança nos agentes econômicos e uma retomada do crescimento da economia; insuficiente, porém, para a recuperar o nível de emprego da década de 80 devido à ameaça da inflação e à adoção de novas tecnologias, ocasionando um excesso de oferta de mão de obra.

Em 1994, com a adoção do Plano Real e o fim da inflação, acontece uma tentativa de redistribuição de renda, verifica-se um reaquecimento do consumo e uma pequena queda na taxa de desemprego. A partir daí o efeito da segunda onda de abertura às importações se estende a outros setores da economia, além da indústria, tendo como principal consequência o aumento anual da taxa de desemprego. Aliado ao contexto histórico, somamos a insegurança frente aos efeitos da crise econômica. A economia brasileira se abriu, muitas privatizações foram realizadas e a inserção do Brasil no mercado global é irreversível.

Neste novo cenário, o espaço destinado às ações isoladas de pequenas instituições foi reduzido, ocorrendo uma substituição pela ação coletiva de parcerias, alianças e pelas cooperativas. O planejamento e a definição de objetivos claros e específicos passou a ser importante para a sociedade como um todo, por proporcionar a confiança necessária para alcançar metas e objetivos.

1.2 Trabalho: Atividade Fundamental Para o Ser Humano

No âmbito das relações de trabalho, a busca de alternativas ao regime fordista de acumulação, de modo a atender a necessidade de manter ou elevar as taxas de lucratividade, levantou dois pontos básicos: as transformações na organização do processo de trabalho e a introdução de novas tecnologias neste processo, buscando adaptar o setor produtivo às exigências do mercado mais instável e competitivo.

É neste cenário que a inovação tecnológica vem sendo relacionada a novas tendências de organização do processo de trabalho e a um conjunto de modificações sociais e econômicas. As inovações gerenciais e institucionais, por sua vez, afetam as empresas e a economia como um todo, no mercado, nas regras de negociação coletiva, nas intervenções do estado e nas políticas econômicas, apontando para um novo modelo de desenvolvimento, originando um novo modelo de acumulação, onde o trabalhador passa a ser substituído cada vez mais pelas máquinas. Pessoas com problemas comuns, ainda que competidores, unem seus esforços para defrontar-se com um adversário ainda maior que se chama mercado globalizado. Para fazer frente a tanta adversidade ressurgem

como alternativa comunitária e associativa de desenvolvimento o resgate do princípio das cooperativas. Para Hartung (1996: 31).

“A empresa cooperativa é o resultado concreto da mais avançada forma de organização social e econômica: o cooperativismo.”

Desta forma, cresce sua importância como modelo, caracterizado pelo princípio da gestão democrática com retorno ao trabalho, englobando valores como a coogestão, a cooperação, o trabalho, elementos estes fundamentais para uma nova ordem.

1.3 A Revitalização da Prática Cooperativista

Ao partirmos do princípio de que a cooperação entre os seres humanos é fundamental para a sobrevivência das relações sociais, onde cada ser usufrui de direitos e cumpre deveres, observamos que somente pela união de esforços e de idéias a sociedade poderá superar obstáculos objetivando a manutenção dos próprios interesses.

É neste cenário, onde as formas de organizar o trabalho são as mais diversas, e o número de postos de trabalho vem se reduzindo anualmente, que as desigualdades sociais vem se acentuando e gerando incertezas crescentes. O que se observa é que um novo modelo de produção em pequena escala começa a se fortalecer no Estado de Santa Catarina, orientando sua produção para uma menor quantidade mas garantindo uma maior eficácia. Esta forma associativa (cooperativa), iniciada há mais de 100 anos, jamais esgotou seu potencial transformador da ordem social injusta, como consequência das chamadas economias de mercado. Embora a cooperativa faça uso dos instrumentos da ciência econômica, ela coloca a economia a serviço do homem, humanizando a economia e conferindo um caráter de prioridade ao social nos seus planos de desenvolvimento.

Perius (1983) nos lembra que o modelo cooperativista não visa a substituição da economia de mercado. Pelo contrário, serve-se dela para fortalecê-lo, aprimorá-lo e até organizá-lo onde o modelo cooperativista inexistente. Segundo ele, o cooperativismo visa à correção do mercado contemplando o sentido econômico (enquanto empresa), social (enquanto sociedade de pessoas) e político-social.

Como resposta ao momento econômico e social que a sociedade atravessa, surgem em diversas regiões do Brasil as mais criativas iniciativas dirigidas à modernização e à superação das dificuldades. Sendo a formação de parcerias fundamental para alavancar as vocações naturais de cada região e dos parques fabris já instalados.

1.4 Classificação das Formas Associativas

O que garante a diferenciação e peculiaridades de uma cooperativa das empresas é a utilização de regras democráticas em seu funcionamento. Qualquer organização ou instituição deve se pautar acima de tudo nas idéias e convicções de seus próprios membros.

Dentre as várias formas associativas existem as que buscam somente a integração e aquelas que buscam a cooperação. Cooperação no sentido de prestar ajuda mútua para poder crescer. Muitas vezes esta cooperação se torna tão intensa que as partes envolvidas perdem a individualidade, caracterizando-se uma forma de integração.

Segundo Monteiro (1989) , para facilitar uma melhor compreensão sobre este tipo de empresa, podemos classificá-las do seguinte modo:

1.4.1 – Pelo Setor Econômico em que Atuam

As cooperativas podem atuar nos setores primário, secundário e terciário da economia, bem como casos de cooperativas multisetoriais, quando atuam em vários setores ao mesmo tempo.

1.4.2 – Pela Associação de Classes

Existem cooperativas que associam os proprietários dos meios de produção e aquelas que associam trabalhadores, geralmente não possuidores dos meios de produção ou que entregam os mesmos para a propriedade coletiva da empresa cooperativa. As que englobam o setor terciário, conhecido como de consumo, são chamadas de cooperativas multiclassistas, muito comuns no meio rural.

1.4.3 – Pela Gestão

Pode ser direta, quando todas as atividades da empresa são geridas pelos sócios, ou indireta. Neste caso utilizando gerência assalariada com o objetivo de ampliar o empreendimento privado dos associados.

Segundo Monteiro (1989), o que diferencia uma empresa cooperativa de uma empresa capitalista, é o fato dos sócios serem os donos dos meios de produção e terem direito (cada associado) a um voto na assembleia geral, de forma democrática e igualitária. Nas cooperativas em que os meios de produção são da empresa, são coletivos, a gestão ocorre de forma direta, sendo o processo de participação e de decisão do quadro social exercido de forma democrática.

1.4.4 – Pela Destinação do Excedente de Produção

Uma das grandes diferenças entre uma cooperativa de uma empresa privada ou estatal é a forma como esta distribui os excedentes de produção. A cooperativa privilegia a cada associado de forma proporcional ao uso dos seus serviços ou do seu trabalho. É uma forma de incentivar ao trabalho e a produtividade.

No caso das cooperativas que se associam aos proprietários dos meios de produção, os fundos cooperativos são poucos e se limitam ao mínimo, restringindo-se a aspectos meramente legais e portanto obrigatórios (reserva e educação).

1.5 Principais Desafios do Sistema Cooperativista

Ao partirmos da idéia de que uma cooperativa representa a união de interesses para fazer frente a várias situações, internas ou externas, dentro de um mercado cada vez mais competitivo, verificou-se a necessidade das cooperativas se associarem em grandes organizações e administrações complexas. Como o cooperativismo é um processo dinâmico e extremamente diversificado, com peculiaridades em cada segmento, em cada situação econômica, social e cultural, próprios de cada país ou região em que se localiza, sua flexibilidade de princípios deve adequar-se a realidade em transformação constante.

Uma cooperativa tem objetivos específicos e pode ser criada em diversas áreas, sendo que cada uma possui suas próprias regras. Na realidade, sua função é organizar, distribuir e valorizar o trabalho dos associados de acordo com a aptidão de cada um.

Como principais questões podemos citar:

1.5.1 As Cooperativas e o Sistema Econômico

Nos países em desenvolvimento, as medidas capitalistas (aonde a obtenção de lucros crescentes é o maior objetivo) adotadas para acelerar o desenvolvimento costumam atingir com maior intensidade os produtores de menores recursos. Enquanto os grandes produtores são capazes de se proteger contra os preços baixos, retendo ou reduzindo, caso necessário, sua oferta durante um período a fim de evitar uma queda acentuada nos preços dos seus produtos, os pequenos produtores não dispõem deste poder de barganha. Como consequência surgem dúvidas sobre a utilidade do capitalismo, identificado com a economia de mercado. Segundo o texto de Beneccke (1980), numa economia planejada e comprometida com o valor da democracia, a cooperação poderia ser a base principal da organização de várias áreas da vida econômica.

Porém, é necessário ter bem claro que não é possível planificar nem ordenar cada passo da economia, por ela ter uma dinâmica própria estabelecida pelo comportamento do mercado.

Para Beneccke (1980), a influência das cooperativas sobre a estrutura econômica limita-se, nos países em desenvolvimento, a alguns setores, sendo que o reduzido impacto das cooperativas sobre o processo de desenvolvimento deve-se, basicamente, à limitação de sua capacidade competitiva. Limitação que vem se reduzindo com o passar do tempo, pois atualmente o valor e as vantagens oferecidas pelas cooperativas tem aumentado o interesse do mercado pelos seus produtos e serviços.

O desenvolvimento da estrutura econômica é impulsionado, principalmente quando ocorre a dinamização da concorrência entre os competidores potenciais via cooperação. O sucesso dessa cooperação possibilita o aumento da renda dos sócios

baseada nos efeitos da racionalização dos meios utilizados no processo produtivo gerando uma renda adicional aos associados. O autor conclui afirmando que:

“... sem crescimento econômico não se poderá dinamizar a sociedade, e sem sociedade dinâmica é pouco provável uma aceleração considerável do crescimento.” (BENECCKE, 1980:135)

1.5.2 As Cooperativas e o Estado

Por ser uma sociedade aonde os donos são os próprios trabalhadores, autogerida por um grupo de representantes escolhidos pelos próprios associados desaparecendo a relação empregado/empregador e outros mecanismos de dominação, ao se aliar aos seus companheiros o trabalhador terá a oportunidade de discutir e de tomar posições que afetem sua vida, fazer reivindicações e pressionar os poderes públicos para alcançar os objetivos pretendidos.

A ação do Estado pode vir a fomentar as atividades das cooperativas (diminuindo impostos, abrindo linhas de crédito, etc) e ser um grande propulsor do êxito da cooperação entre cooperativas nos países em desenvolvimento. Preferencialmente, sua ação deve se dar na forma de intervenção mínima, de modo a adequar sua intervenção aos desafios postos pela crise.

Para Maia (1985: 30)

“Assim, concebe-se que só se logrará o desenvolvimento social na medida em que se integrem os fatores econômicos, sociais e políticos, possibilitando ao homem mobilizar-se e organizar-se através de grupos ou classes, na luta por seus interesses e objetivos.”

Segundo Beneccke (1980), sem investimentos em métodos e organizações, não será possível acelerar o desenvolvimento em bases amplas. Como não é possível contemplar toda a economia, por não dispor de meios, nem de pessoal, apenas alguns setores da atividade econômica serão beneficiados.

1.5.3 O Exercício da Democracia

Sendo os valores da cooperação que sustentam aos princípios e normas à sua autenticidade e continuidade, o cooperativismo devido a natureza específica de sua organização, de caráter fundamentalmente democrático e autônomo, desempenha um importante papel no processo de desenvolvimento e no avanço da democracia participativa na sociedade em geral.

Por ser organizada de forma democrática, atribui-se, muitas vezes, às cooperativas a tarefa de convencimento da população do valor da democracia em um pequeno grupo. A prática da democracia na cooperativa geralmente serve de exemplo para estimular a participação mais ativa do exercício da democracia político-estatal, em nível de sociedade. Ao longo da história, o cooperativismo foi um exemplo a ser seguido, na

medida em que procurava integrar os aspectos econômicos, sociais e políticos em sua origem; conferindo ao capital uma função instrumental e subsidiária que não pode interferir na igualdade política dos associados.

1.5.4 O Caráter Solidário das Cooperativas

Segundo Beneccke (1980), na cooperativa não existe o espírito capitalista de enriquecimento, mas apesar disto, existe um interesse em autobeneficiar-se através do serviço prestado pela cooperativa ao quadro de associados. Apesar das cooperativas serem empreendimentos coletivos, os objetivos primordiais são de manutenção e de sobrevivência de seus sócios, ponto no qual se assemelham as empresas privadas. A grande diferença nesse sentido é a filosofia que norteia as cooperativas, ou seja, o caráter coletivista dos trabalhos, em vez do individualismo que caracteriza as empresas privadas.

Ao afirmar que a solidariedade não é tanto um fim em si, mas um meio para satisfazer os próprios interesses, o autor ressalta a necessidade de maior união entre os associados, enquanto grupo, para que possam se defender de organizações competidoras com maior empenho. Por outro lado, a solidariedade pode ser um importante fator de estabilização em momentos de grande competição sofridos pela cooperativa, ao constatar-se que o associado sempre terá como objetivo o seu bem-estar pessoal, visando tanto o aspecto econômico quanto o lado social de sua vida.

Porém, vale lembrar que, por ser um valor em si, nem sempre será viável a estabilização da cooperativa unicamente através da solidariedade, quando esta se mostrar menos competitiva que o concorrente.

2 - O Cooperativismo em Santa Catarina

2.1 Retrospectiva do Cooperativismo Catarinense

O movimento cooperativista no Brasil começou a ser conhecido por volta de 1841. No decorrer do século XIX, com a chegada de imigrantes alemães e italianos, essas iniciativas tornaram-se mais frequentes. Muitas comunidades formadas em todo território nacional, principalmente no Sul, tentaram resolver seus problemas de consumo, crédito e de produção, criando organizações comunitárias baseados nos moldes das organizações conhecidas em suas pátrias de origem.

As primeiras experiências cooperativistas, em Santa Catarina, ocorreram no meio rural com a participação de imigrantes franceses, italianos, alemães e poloneses. Nas décadas de 50 e 60, principalmente, o cooperativismo teve relativa expansão no Brasil, estendendo-se a diversos segmentos da sociedade brasileira. A partir de 1980, os cooperados de Santa Catarina, bem como os de outros estados, sentiram necessidade de uma maior participação e integração entre os associados, dirigentes e funcionários, possibilitando maior eficiência no desenvolvimento do sistema. Essa necessidade fez com

que o Sistema Cooperativo passasse a assumir a responsabilidade pelo seu crescimento, procurando evitar a dependência em relação ao Governo. Após muito esforço na esfera legislativa, obteve-se como principal conquista a autogestão definitiva, assumida pelas cooperativas e assegurada pela Constituição de 1988.

Até 1993 o quadro de nomenclatura do Sistema Cooperativo Brasileiro se limitava a sete. Por ser um movimento extremamente dinâmico econômica e socialmente, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB modificou este quadro de nomenclatura. De sete, o Sistema passou a ter onze segmentos cooperativos, quais sejam: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Mineral, Produção, Saúde, Serviço, Trabalho.

2.2 - Desempenho do Sistema Cooperativo Catarinense

Para termos uma idéia mais precisa do desempenho do sistema cooperativo catarinense, analisaremos a seguir as seguintes variáveis: Número de Cooperativas, Número de Cooperados e Número de Funcionários.

2.2.1 – Número de Cooperativas

Ramos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuário	47	43	48	48	49	49	50	46	54
Consumo	19	19	18	14	15	18	20	20	21
Crédito	22	29	34	39	43	50	55	57	57
Educacional	18	18	16	16	18	16	16	15	15
Especial	-	-	-	-	-	-	01	02	02
Habitacional	18	16	12	02	03	05	06	03	03
Infra-Estrutura	26	26	26	26	26	30	30	29	29
Mineral	01	01	01	01	02	01	02	02	02
Produção	-	01	01	01	01	01	01	040	04
Saúde	12	12	14	14	13	30	34	39	41
Trabalho	12	11	18	19	34	77	89	86	87
TOTAL	175	176	188	180	204	277	305	303	315

Tabela 1 – COOPERATIVAS POR RAMO DE ATIVIDADE NO PERÍODO 1992 - 2000

Santa Catarina apresentou um aumento expressivo no número de cooperativas registradas, junto à OCESEC, de 1996 em diante, sendo o aumento na ordem de 54,4% só nos últimos quatro anos. O ramo em que houve maior crescimento foi no de cooperativas de SAÚDE, com um incremento de 215,4% no mesmo período; seguido pelas cooperativas de TRABALHO, com uma expansão de 155,9%. Com mais de 150 anos de existência, o cooperativismo, segundo a Aliança Cooperativa Internacional, é responsável pela geração de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro, sendo que no Brasil existem mais de quatro mil cooperativas cadastradas na Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB), nos mais diversos segmentos. Em Santa Catarina, as cooperativas, na

sua totalidade, contribuem de 5% a 6% no PIB , sendo que 23% a 26% são oriundos apenas do setor agropecuário.

2.2.2 – Número de Cooperados

Ramos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Agropecuário	63.247	60.076	63.273	59.852	56.557	53.155	48.387	47.195
Consumo	37.746	36.949	41.203	34.182	33.127	46.890	59.849	62.264
Crédito	42.034	49.391	46.129	51.554	58.174	62.171	66.465	76.117
Educacional	10.562	12.279	12.551	9.784	10.088	9.723	10.830	10.874
Especial	-	-	-	-	-	-	24	90
Habitacional	244	576	665	1.066	1.634	2.834	1.578	1.328
Infra-Estrutura	114.888	102.963	125.894	132.004	137.567	131.591	136.447	142.257
Mineral	489	497	441	395	395	400	405	416
Produção	-	20	24	24	27	28	50	128
Saúde	3.285	4.124	4.531	4.896	4.985	5.662	6.090	6.735
Trabalho	2.285	2.846	3.018	2.446	4.250	15.097	20.645	25.228
TOTAL	274.784	269.721	297.729	296.203	306.804	327.551	350.770	372.632

Tabela 2 - NÚMERO DE COOPERADOS POR RAMO DE ATIVIDADE NO PERÍODO DE 1992 – 1999.

Apesar do aumento do número de cooperativas na ordem de 54,4%, o número de cooperados no mesmo período cresceu apenas 21,5%. Sendo que este aumento no número de cooperados foi bastante acentuado no setor de TRABALHO com o incremento de 493,6% nos últimos quatro anos, seguido pelo setor da SAÚDE com uma expansão de 35,1% no mesmo período.

2.2.3 – Número de Funcionários

Ramos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Agropecuário	10.010	10.559	10.784	10.727	9.813	9.348	9.267	9.524
Consumo	594	583	605	524	493	511	505	562
Crédito	205	239	280	300	337	377	434	499
Educacional	18	19	26	61	77	38	72	65
Especial	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitacional	05	08	08	15	13	16	08	-
Infra-Estrutura	794	778	673	887	926	932	978	1.071
Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção	-	-	-	-	-	01	01	01
Saúde	212	227	385	495	510	786	900	1.241
Trabalho	134	144	245	105	95	181	203	228
TOTAL	11.972	12.557	13.206	13.114	12.624	12.190	12.190	13.191

Tabela 3 - NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR RAMO DE ATIVIDADE NO PERÍODO DE 1992 – 1999.

O quadro funcional das cooperativas reflete bem o aumento da utilização de tecnologias substituindo a mão-de-obra. Na sua totalidade, o quadro funcional teve um

incremento de 7,6% nos últimos quatro anos. Apenas em ramos como da SAÚDE (143,3%), TRABALHO (140%) e CRÉDITO (48,1), houve contratações expressivas.
Fonte: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC

2.3 Representação do Sistema Cooperativo em Santa Catarina

As cooperativas catarinenses contavam desde 1o de agosto de 1964 com o primeiro órgão representativo do Estado. ASCOOP – Associação das Cooperativas de Santa Catarina, fundada durante a 1a Reunião Regional, realizada em Blumenau, reunindo o movimento de todo o território estadual, após medidas adotadas pelos órgãos governamentais para a regularização das cooperativas até então inexistentes.

Em 1971 o governo realiza mudanças anunciadas desde 1969 na legislação cooperativista. Foram oficializadas, em dezembro/1969, a Organização das Cooperativas Brasileiras e em 16/12/1971 as Organizações de Cooperativas Estaduais – OCEs. Constituída em 28 de agosto de 1971, a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC, representa todo o Sistema Cooperativista Catarinense, como órgão representativo do Sistema Cooperativo Estadual e Técnico Consultivo do Governo e outras instituições nacionais e internacionais.

Existem atualmente 315 cooperativas registradas em Santa Catarina junto à OCESC, supõem-se que o número de cooperativas existentes seja superior a este, porém sem registro junto ao órgão de representação.

2.4 SESCOOP/SC - Suprindo Deficiências

No caso específico do Estado de Santa Catarina, a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC – através do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Santa Catarina – SESCOOP/SC – após um amplo levantamento das carências entre os associados, procura oferecer cursos nas mais diferentes áreas a fim de atender um maior número possível de cooperativados que precisem melhorar sua qualificação profissional, oferecendo cursos de capacitação e de treinamento ajudando na formação de recursos humanos.

3 - O Cooperativismo e as Políticas Públicas

Ao longo dos últimos anos, aonde o avanço tecnológico ocorreu de forma cada vez mais intensa, excluindo o trabalhador do processo de trabalho aliado as intervenções dos governos no processo produtivo (seja através do aumento na carga tributária, nas dificuldades de acesso a financiamentos, pela fixação de teto máximo de preços, etc), o que se verificou foi o crescente aumento da insatisfação dos trabalhadores. Houve uma preocupação crescente, decorrente dos efeitos da globalização, em relação a: diminuição dos postos de trabalho, da desregulamentação trabalhista, queda do poder aquisitivo e redução dos direitos e proteção social.

PerCursos	Florianópolis	V. 2	Nº. 0	Setembro 2001
-----------	---------------	------	-------	---------------

Com a crescente mudança no mercado formal de trabalho, torna-se necessário que cada sociedade elabore estratégias políticas adequadas ao trabalhador, aumentando sua participação no processo (forma horizontal de administração). Cada vez mais é preciso que os trabalhadores desenvolvam capacidades que os habilitem a se engajarem com maior eficiência nas organizações nas quais estão inseridas como um todo, pois as novas relações de trabalho, sem os vínculos empregatícios tradicionais, requerem maior clareza de valores, metas e objetivos por parte do trabalhador.

À medida que diminuem os postos de trabalho formais, aumenta o número de trabalhadores que desejam investir numa atividade por conta própria. Trabalhar em cooperativas tem sido uma alternativa para milhares de pessoas que perderam seu emprego, aposentaram-se ou simplesmente buscam este modelo de trabalho por acreditarem em seus princípios.

Deste modo, cada vez mais se intensifica a necessidade de que a vontade dos trabalhadores seja respeitada, que suas idéias e sugestões sejam ouvidas e não que sejam estabelecidas normas pura e simplesmente. Há uma tendência de que a relação entre patrões e empregados será gradualmente substituída pela parceria seja pela associação dos trabalhadores com o capitalista (na forma de coogestão), seja pela associação de trabalhadores entre si (na forma de autogestão).

Todavia, a forma de associação que deverá predominar (face à exclusão de muitos trabalhadores do mercado de trabalho formal), será a associação entre os próprios trabalhadores, em termos de igualdade, como donos, coletivamente, do capital com que operam e trabalhando sob o comando de administradores eleitos e substituídos por eles mesmos quando se fizer necessário. Essa forma de administração permite um avanço crescente do movimento cooperativista, podendo-se esperar grande aumento da produtividade global do trabalho, uma vez que são os próprios associados os donos dos meios de produção.

Interessante notar que esta outra maneira de encarar o processo produtivo cria uma competitividade saudável pela busca de um bem comum a todos, com a elevação da dignidade do trabalho gerando um novo sentimento de segurança e de independência na classe trabalhadora e a transformação da ocupação diária de cada indivíduo em uma escola aonde se aprende a solidariedade social e a inteligência prática.

Vários programas geridos na esfera de ação do governo local, contemplam apenas um caráter emergencial, com pouca possibilidade de resultar em auto-sustentabilidade uma vez retirado o apoio estatal. Há uma necessidade crescente de elaboração de projetos para atividades de longo prazo e que sejam auto-sustentáveis assinalando um movimento no sentido da ampliação do espaço da cidadania. Para construir propostas de intervenção, isto é, atuar no campo das políticas públicas, é preciso diagnosticar de forma concreta as situações do espaço a ser trabalhado, articulando e estimulando várias iniciativas que abram novas oportunidades de trabalho e de resgate da cidadania.

Através dos princípios do cooperativismo, talvez seja possível encontrar um caminho para efetivar uma grande mudança social, que combinaria a liberdade e a independência do indivíduo com as vantagens morais, intelectuais e econômicas da produção coletiva dentro do espírito democrático, diminuindo a divisão da sociedade entre trabalhadores e donos dos meios de produção edificando a solução mais próxima da justiça social que se possa prever, pois o modelo atual de organização global dos

mercados e da produção desconhece a importância de uma agenda social, e as associações de capital como as que ocorrem entre os cooperados constituem o meio mais poderoso para se chegar à emancipação social dos trabalhadores.

Por que não combater a exclusão social através da constituição de cooperativas, com a adoção do modelo de gestão social, onde se procure fortalecer a capacidade de resistência e a capacidade estratégica da população para enfrentar os desafios do seu cotidiano, abrindo novos horizontes às classes menos favorecidas, capacitando-as para o exercício da cidadania e a sua inserção no mercado de trabalho?

Para fomentar o desenvolvimento local é necessário que o poder público municipal ao lado de setores organizados da população invistam em grupos populares, oferecendo apoio técnico, financeiro e de capacitação profissional, através de parcerias e de cooperação, após um amplo levantamento da realidade municipal para a elaboração dos projetos alternativos que minimizem a pobreza, levando em conta a vocação econômica local e regional .

Segundo contatos pessoais estabelecidos junto à representantes da OCESC, foi possível observar que em Santa Catarina as linhas de ação são extremamente limitadas, seja por parte do Estado, seja por parte da OCESC, para a constituição de novas cooperativas. Talvez a maior barreira a ser superada seja, na realidade, a falta de cultura associativa. Esta é uma mudança que precisa ser trabalhada através da adoção de projetos voltados ao incentivo de constituição de novas cooperativas, divulgando os benefícios aos associados originados da luta por mesmos interesses. Sendo esta uma alternativa de desenvolvimento para o nosso Estado assim como uma oportunidade do trabalho para várias pessoas da mesma comunidade ou não, fica claro a lacuna que deve ser trabalhada.

Assim sendo, cada vez mais a sociedade civil precisa se mobilizar reivindicando ações conjuntas com o Estado. Desse modo a elaboração de um plano de desenvolvimento, com uma visão mais ampla do conjunto da realidade, contemplando os trabalhadores é cada vez urgente não somente sob a ótica econômica. A cooperativa se apresenta como forte alternativa pelo seu caráter abrangente, contemplando tanto políticas sociais como políticas econômicas, gerando oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo.

Considerações Finais

Com base na análise realizada e na bibliografia pesquisada, conclui-se que:

- a) Uma cooperativa se aproximará de uma empresa capitalista, na razão direta em que associar proprietários de meios de produção e necessitar de mão-de-obra assalariada permanente em suas atividades.
- b) Na cooperativa aonde os meios de produção são coletivos, a divisão técnica do trabalho torna-se uma necessidade, criando novos níveis de consciência de organização. Permite o contato com outros profissionais da área, possibilitando a troca de experiências e o crescimento profissional.
- c) Quando isoladas ou mesmo em sistemas integrados, as cooperativas não conseguem efetuar transformações sociais globais. Como empresas que dependem do mercado

- capitalista, as cooperativas necessitam se ajustar constantemente a este mercado, adaptando-se a este.
- d) A evolução da democracia cooperativa no plano político não foi e não é linear e progressiva, mas ocorre com os inevitáveis avanços e recuos, próprios dos conflitos e das contradições da realidade econômica, social e política do país.
 - e) Para que a cooperativa proporcione aos cooperados os resultados esperados é necessário que os objetivos comuns estejam bem claros e que o estatuto seja bem definido, com regras que permitam atingir os objetivos.
 - f) O suporte técnico e legal à formação de novas cooperativas é fundamental, bem como a criação de núcleos educacionais profissionalizantes que possibilitem melhor qualificação e remuneração ao trabalhador cooperado.
 - g) É importante o estabelecimento de programas de formação dos associados e principalmente prepará-los para a compreensão do universo da empresa cooperativa; seu funcionamento; o mercado em que se insere e sua responsabilidade social na comunidade de referência.
 - h) As cooperativas podem ser uma saída social, valorizando o trabalho do cooperado e ao mesmo tempo proporcionando segurança a quem o contrata.
 - i) O grande desafio das cooperativas consiste em uma estrutura organizacional ágil e eficiente, enquanto empresa atuante em um mercado capitalista concorrido; e democrático e participativo, enquanto empreendimento coletivo, que busca a melhoria social de um conjunto de pessoas.
 - j) Infelizmente temos no Brasil uma democracia representativa, não participativa. O que é público não é de ninguém. Para reverter esta situação temos que pensar global e agir a nível local, ou seja, compreender o macro e interagir no micro para que a elaboração de propostas de Políticas Públicas contemplem a sociedade como um todo, seguindo o exemplo das cooperativas aonde o interesse coletivo se sobrepõem ao interesse particular.
 - k) Concluí-se a partir deste trabalho que a cooperativa assume aspectos que a identificam como um espaço de mudanças sociais em seu campo de abrangência, através da democratização das relações que nela se processam e das influências que exerce sobre o meio em que está inserida.

Referências

- AIRES, Rogério Pereira. *As Doze Virtudes do Cooperativismo*. Disponível em <http://softcoop.com/rogerio/doze.html> Acessado em 16/01/2001.
- BENECCKE, Dieter. *Cooperação e Desenvolvimento*. Coleção Cooperativismo. Debate, 2. Porto Alegre, Coojornal; Recife, Assocene, 1980. 240p.
- HARTUNG, Alcyr Peters. *O Cooperativismo ao Alcance de Todos*. 2a ed. Florianópolis: Elbert Indústria Gráfica Ltda, 1996. 34p.
- LIDLAW, Alexander. F. *As Cooperativas no Ano 2000*. Coleção Ato Cooperativo. N°. 1, 2ª ed. Lisboa, Instituto Antônio Sérgio do Setor Cooperativo, 1983.
- MAIA, Isa. *Cooperativa e Prática Democrática*. São Paulo: Cortez, 1985.

- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 287 p. (Os Economistas, 1º v.)
- MILL, Stuart. *Princípios da Economia Política*. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 283 p. (Os Economistas, 3º v.)
- MONTEIRO, Sílvio Tavares. *Cooperativas: Anotações para Estudo e Debate*. Porto Velho: EMATER-RO, 1989. 50p.
- PERIUS, Virgílio. *Problemas Estruturais do Cooperativismo*. Porto Alegre: OCERGS, 1983.
- SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa*. São Leopoldo: UNISINOS, 1991. 419p.